

A eletricidade de baixo carbono está aumentando nos EUA, independentemente da decisão da Suprema Corte (1)

Ed Crooks (2)

"Os presidentes vêm e vão, mas a Suprema Corte continua para sempre." William Howard Taft, a única pessoa que já foi presidente e chefe de justiça dos EUA, foi muito claro sobre seus pontos de vista sobre o status relativo dos dois cargos. O presidente Joe Biden entenderá o sentimento esta semana, ao refletir sobre como a Suprema Corte restringiu sua liberdade de definir a política climática.

Na semana passada, a Suprema Corte proferiu sua decisão no caso conhecido como West Virginia v. EPA, determinando que os regulamentos estabelecidos pelo governo Obama para limitar as emissões de dióxido de carbono da geração de eletricidade eram ilegais. A decisão impedirá que o governo Biden lance seu próprio conjunto de regras em linhas semelhantes, o que significa que as regulamentações futuras terão que ser mais limitadas em seu escopo.

O julgamento não exclui totalmente a possibilidade de regulamentação do dióxido de carbono, mas retira um conjunto de instrumentos do kit de ferramentas do governo. O efeito prático provavelmente será que na próxima década, assim como na última década, serão as forças de mercado, as estratégias corporativas e as políticas estaduais que moldarão o setor de energia dos EUA, e não qualquer coisa vinda do governo federal.

O caso que acaba de ser decidido pela Suprema Corte era incomum, pois se relacionava a um conjunto de regulamentos da Agência de Proteção Ambiental que nunca entrou em vigor e nunca entraria em vigor. O Plano de Energia Limpa lançado pelo presidente Barack Obama em 2015 estabeleceu limites para a intensidade de dióxido de carbono dos setores de geração de energia dos estados em 2030. Os estados deveriam elaborar seus próprios planos de como atingir essas metas, por exemplo, mudando seu poder mix de geração longe do carvão e em direção às fontes de baixo carbono. Mas as regras foram

contestadas nos tribunais, e a Suprema Corte emitiu uma suspensão sobre a implementação do plano em 2016. O presidente Donald Trump decidiu descartar completamente os regulamentos propostos em 2019, e o governo Biden disse que não tentaria revivê-los.

No entanto, a proposta do governo Trump de revogar e substituir o Plano de Energia Limpa, conhecido como Regra de Energia Limpa Acessível, também foi contestada em tribunal e, em 2021, o Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia a derrubou. É esta posição jurídica complexa que o Supremo Tribunal decidiu agora.

As empresas de energia dos EUA e outras empresas estavam divididas sobre a questão. O caso contra as regras do governo Obama foi movido pela Virgínia Ocidental e 18 outros estados, enquanto Nova York e outros 20 estados se juntaram ao caso para defendê-los. Os defensores da petição de West Virginia incluíam a Westmoreland Mining, a North American Coal Corporation e a Basin Electric Power Cooperative, bem como grupos como a National Mining Association e a America's Power, que representa as indústrias envolvidas na produção de eletricidade a partir do carvão.

Por outro lado, o Clean Power Plan foi apoiado por algumas empresas de energia, incluindo Consolidated Edison, Exelon e National Grid USA, além de outras empresas, incluindo os grupos de tecnologia Apple, Amazon e Meta. O Edison Electric Institute, a associação nacional de empresas de energia de propriedade de investidores dos EUA, também defendeu o direito da EPA de estabelecer regras limitando as emissões de gases de efeito estufa, argumentando que “a alternativa poderia ser o mundo caótico da regulamentação por decreto cauteloso”.

Como Elyse Steiner, da Wood Mackenzie, explicou em fevereiro, o caso teve implicações potencialmente “monumentais” para a política dos EUA. A Suprema Corte poderia ter decidido rejeitar completamente a autoridade do governo para regular as emissões de gases de efeito estufa. No caso, sua decisão foi mais modesta: por 6 a 3, os ministros decidiram derrubar a forma específica que o Plano de Energia Limpa havia tomado, sem se posicionar de uma forma ou de outra sobre o princípio geral de regularização de efeito estufa gases.

A decisão foi baseada em um princípio conhecido como “doutrina das grandes questões”, que estabelece limites sobre a liberdade que as agências governamentais dos EUA têm para interpretar a autoridade legal que lhes foi concedida pelo Congresso. A maioria considerou que a EPA tinha ido longe demais quando emitiu regulamentos que visavam uma reformulação radical do

setor de energia dos EUA, mudando a geração do carvão para o gás natural e as energias renováveis. A opinião da maioria resumiu assim:

“Limpar as emissões de dióxido de carbono a um nível que forçará uma transição nacional do uso de carvão para gerar eletricidade pode ser uma 'solução para a crise do dia' sensata... por conta própria tal esquema regulatório na Seção 111(d) [da Lei do Ar Limpo de 1970]. Uma decisão de tal magnitude e consequência cabe ao próprio Congresso, ou a uma agência agindo de acordo com uma delegação clara desse órgão representativo.”

A votação caiu em linhas partidárias: os seis juízes nomeados por presidentes republicanos formaram a opinião majoritária, enquanto os três indicados por presidentes democratas discordaram. A opinião minoritária, escrita pela juíza associada Elena Kagan, descreveu a decisão do tribunal de limitar a autoridade da EPA como “preocupante”. Ela escreveu:

“O que quer que este Tribunal saiba, ele não tem a menor ideia de como lidar com as mudanças climáticas. E digamos o óbvio: as apostas aqui são altas. No entanto, o Tribunal hoje impede a ação de agências autorizadas pelo Congresso para reduzir as emissões de dióxido de carbono das usinas de energia. O Tribunal nomeia a si mesmo – em vez do Congresso ou da agência especializada – o tomador de decisões sobre a política climática. Não consigo pensar em muitas coisas mais assustadoras.”

O resultado é que, embora a EPA ainda seja capaz de fazer regulamentações relacionadas ao clima, seu trabalho será mais complicado. Haverá mais processos judiciais pela frente, à medida que o governo e as empresas testam os limites das regras que a Suprema Corte pode permitir. E para as esperanças do governo Biden de colocar os EUA no caminho certo para alcançar reduções acentuadas nas emissões, isso significa que aprovar uma legislação no Congresso é ainda mais importante.

Lisa Jacobson, presidente do Conselho Empresarial para Energia Sustentável, descreveu a decisão como “um apelo urgente ao Congresso para promulgar políticas nacionais para lidar com as mudanças climáticas”. Ela acrescentou: “Um primeiro passo essencial é promulgar as disposições fiscais sobre clima e energia limpa pendentes nas propostas de reconciliação orçamentária”.

Michelle Bloodworth, da America's Power, representando geradores a carvão, instou o governo Biden a ser cauteloso com quaisquer futuras regulamentações de emissões. “Pedimos à EPA que evite emitir uma regra de substituição que cause mais aposentadorias prematuras de carvão, especialmente porque as autoridades estão alertando sobre a perspectiva de escassez de eletricidade que ameaça a confiabilidade da rede em muitas partes do país”, disse ela.

A grande ironia do Plano de Energia Limpa, que nunca entrou em vigor e foi considerado ilegal por ser muito radical em seus objetivos, é que desde que foi lançado o setor de energia dos EUA mudou ainda mais fundamentalmente do que imaginava. As usinas a carvão representaram 33% da geração de energia dos EUA em 2015, mas apenas 22% em 2021, com o gás natural e as energias renováveis crescendo. O American Petroleum Institute destacou que o aumento do uso de gás natural contribuiu para uma queda de 24% nas emissões de carbono do setor elétrico desde 2012, superando as metas do Plano de Energia Limpa. As metas de redução de gases e emissões de baixo custo estabelecidas por produtores e consumidores de energia impulsionaram mudanças mesmo na ausência de mandatos federais.

A última perspectiva de planejamento estratégico da Wood Mackenzie para energia na América do Norte sugere que, mesmo sem uma política climática federal agressiva, a indústria continuará se afastando do carvão e em direção às energias renováveis. Esperamos quase US\$ 2,8 trilhões em investimentos em geração de energia na América do Norte até 2050, dos quais menos de 5% serão em fontes emissoras de carbono. Em 2040, espera-se que a geração a carvão tenha saído do mix de energia. Embora os preços relativamente altos do gás natural na América do Norte estejam atualmente ajudando a sustentar as usinas de carvão, esperamos que esses preços caiam novamente em meados da década. Espera-se que as fontes de carbono zero forneçam 66% da eletricidade dos EUA até 2035 e 90% até 2050.

As energias renováveis ainda enfrentam muitos desafios nos EUA, incluindo problemas de curto prazo, como interrupção da cadeia de suprimentos e incerteza sobre créditos fiscais, e problemas de longo prazo com a necessidade de mais transmissão de longa distância e armazenamento de longa duração. Mas a decisão da Suprema Corte não fez grande diferença nas perspectivas para o setor.

Um dos argumentos citados pela maioria no tribunal para insistir que as principais questões devem ser decididas por legislação no Congresso, em vez de ações e regulamentações executivas, é que as leis, uma vez aprovadas, serão mais duráveis. As ações e regulamentos executivos podem ser alterados cada vez que um novo presidente assume o cargo. Mas ainda mais do que as mudanças impulsionadas pela legislação, são as mudanças impulsionadas pela economia e as decisões tomadas por milhões de produtores e consumidores que terão o impacto mais duradouro no setor de energia nos EUA e em todo o mundo.

Em resumo

A Europa está se preparando para mais interrupções no fornecimento de gás russo depois que a Gazprom reduziu os fluxos do gasoduto Nord Stream em 14 de junho, culpando a incapacidade de concluir o trabalho de manutenção do compressor devido às sanções canadenses. Desde então, as vazões têm sido em média 42% da capacidade nominal do duto. Cresce o risco de que todas as importações russas para a UE possam ser interrompidas. Os analistas do Wood Mackenzie avaliaram a questão “A Europa pode passar pelo inverno?”, analisando as perspectivas de racionamento da demanda e maior volatilidade dos preços.

Preocupações com as perspectivas para o fornecimento de gás russo levaram os preços da energia na Europa a novos recordes nesta semana.

O governo alemão está trabalhando em um possível pacote de apoio ao grupo de energia Uniper, e elaborou uma lei que permite a participação em empresas atingidas pelo aumento do custo do gás.

A BYD da China ultrapassou a Tesla e se tornou a maior fabricante mundial de veículos elétricos em volume, informou o Financial Times.

Mais cidades na China impuseram bloqueios para combater a propagação do Covid-19.

- (1) Artigo publicado em Wood Mackenzie. Disponível em:
<https://www.woodmac.com/news/opinion/low-carbon-electricity-is-on-the-rise-in-the-us-regardless-of-supreme-court-decision/>
- (2) Ed Crooks, Vice-presidente, Américas.